

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 3, EM URUAAÇU, QUE TRATA DO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DO ESTADO DE GOIÁS.

Aos 20 (vinte) dias do mês de junho de 2013 (dois mil e treze), às 14:00 (quatorze) horas, no plenário da Câmara Municipal de Uruaçu, em Uruaçu, Estado de Goiás, foi realizada a Audiência Pública nº 3, convocada na forma legal, para discutir o projeto de reestruturação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás. Presentes representando a AGR, Humberto Tannús Jr, Conselheiro Presidente, Alice Santos Veloso Neves, Gerente do Jurídico da AGR, Milton Pires Batista, Gerente de Transportes da AGR e Dalvina Nogueira Vasconcelos, Gerente de Comunicação da AGR. O evento foi aberto pelo Senhor Humberto Tannús Júnior, Conselheiro Presidente da AGR, que fez um relato do projeto desenvolvido pelo Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes da Universidade de Brasília – CEFTRU/UnB. O presidente de AGR, Humberto Tannús Júnior procedeu à abertura e apresentou o projeto do novo sistema a ser implantado..., ao falar sobre os indicadores de avaliação, que levarão em consideração quatro atributos: confiabilidade, segurança, satisfação e eficiência, Tannús foi questionado por uma participante, que não se identificou, se a AGR está se preparando para fiscalizar tais atributos. Humberto Tannús esclareceu que a AGR está se preparando, inclusive com realização de concurso público, para atuar na regulação e fiscalização do novo sistema. Ele informou que a fiscalização será feita mensalmente, através de notas de avaliação e de acordo com estas, caso necessário, as empresas poderão ser notificadas, multadas e até perder a concessão.

Finalizando a apresentação, o presidente da AGR deu abertura aos participantes para se manifestarem com perguntas e sugestões, já que não houveram por escrito. Newton Jensen Barbosa, diretor geral do Expresso Marly questionou sobre o cálculo de coeficientes tarifários, que consta no primeiro edital, e solicitou a disponibilização da projeção matemática e estatística de demanda que embasaram esses estudos, pois segundo ele a demanda não é a mesma que os operadores constataram.

Humberto Tannús então lembrou que a maioria dessas demandas foi repassada pelas próprias empresas operadoras. Newton pediu também acesso aos números referentes à rentabilidade. Disse ainda que, no edital, consta a minimização dos custos por meio da racionalização, e que foi levantado que em algumas linhas o dimensionamento de frotas não parece adequado e nem racional. Citou, como exemplo, uma linha de Porangatu a Ceres que opera com uma frequência de seis viagens e a frota é de seis carros. De acordo com ele, desta forma cada carro irá operar apenas 271 Km em um dia e ficar parado, o que representa uma ociosidade de mais de 70% de um veículo caro. Segundo Newton Jensen, existem outras 21 linhas que se encontram nesta situação. Newton disse que sua intenção é contribuir e corrigir e que, como operador, precisará adquirir carros, que ficarão “engessados” nas linhas. Humberto lembrou então que esta reunião tem o objetivo de esclarecer todas as questões, assim como as várias reuniões com o sindicato que representa as empresas, que aconteceram anteriormente.

Milton Pires, gerente de Transporte da AGR, disse que não entraria na questão de rentabilidade pois é um assunto técnico de economia e não é a parte técnica do transporte, que é sua área. Sobre tempo de viagens, disse que existiu uma fórmula matemática para calcular, e pode haver algum erro, mas é fácil verificar. Segundo ele, o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Passageiro do Estado de Goiás - Setrinp enviou um documento onde consta este item. Sobre o problema de demanda, disse que deve ser levado em consideração que a maior parcela da demanda transportada hoje é pelo transporte interestadual e informou que quando o CEFTRU fez este trabalho, considerou que a demanda interestadual será

53 daqui para frente feita pelo transporte intermunicipal e não será permitido ônibus das
54 linhas interestaduais operarem em linhas intermunicipais.

55 Newton Jensen explicou que irão investir para comprar vários carros e terão que esperar
56 que os passageiros dos ônibus interestaduais e clandestinos migrem para o transporte
57 intermunicipal. Acha que primeiro deve-se migrar o passageiro para depois suprir.
58 Newton disse ainda que apesar do importante trabalho da AGR, o clandestino
59 permanece.

60 Humberto Tannús ressaltou que quando o novo sistema foi concebido, existiam três
61 propostas que foram apresentadas aos sindicatos e ao Ministério Público, e que ficou
62 bem claro que o sistema atual deve ser esquecido, já que se trata de um novo sistema
63 com a estrutura e racionalização diferentes, e que será mais funcional. Ele disse que,
64 portanto, não devemos comparar um com o outro, e sim pensar em algo novo, cientes
65 de que podem haver erros, mas que estes deverão ser corrigidos.

66 Newton disse que estão apontando algumas questões exatamente para que possam ser
67 corrigidas, visto que os empresários precisam confiar no edital, porque se eles não
68 tiverem confiança, não terão os investimentos necessários e então o trabalho não terá
69 êxito e não é isso o almejado.

70 Humberto lembrou o papel da agência reguladora é de intermediar e fazer o equilíbrio
71 entre o Governo do Estado, as empresas operadoras e os usuários, sem prejudicar
72 nenhuma das partes, com total transparência.

73 Milton Pires informou que são 43 linhas neste lote, sendo 232 viagens por dia. Newton
74 disse que o restante das linhas, que não foram citadas, é exatamente onde o sindicato
75 identificou possíveis erros, e que em um dos lotes sempre há um carro fazendo dois ou
76 três horários. Colocou-se a disposição e disse que fez as observações para que sejam
77 analisadas, pois pretende contribuir e participar da licitação para continuar operando.
78 Ele pediu que a CEFTRU torne público o mapa operacional das linhas com horários de
79 partida e chegada, e que sejam realizados novos estudos considerando o que foi
80 colocado.

81 Questionou ainda o fato da Uruaçu ter dez horários e Alto Horizonte, Minaçu,
82 Niquelândia, Montividiu do Norte, Hidrolina, Campos Verdes, Itapaci e Rubiataba serem
83 atendidos por conexão.

84 Humberto Tannús disse que com certeza o caso de Uirapuru foi um erro. Perguntou
85 sobre o documento contendo as questões apontadas e foi informado por Newton que o
86 mesmo foi repassado pelo Sindicato anteriormente.

87 Milton disse que existem frotas que são dimensionadas apenas pela fórmula, e que
88 existe outra forma de calcular para otimizar a frota, onde são levadas em consideração
89 todas as partidas diárias, com horários e tempo de viagem e com isso há um ganho de
90 frota. Ele acredita que a CEFTRU não fez desta forma, e que isso pode ser revisto para
91 economizar o número de carros.

92 Humberto lembrou que o edital prevê que pode ser feito um projeto onde conste que a
93 empresa irá atender determinada demanda, que será analisado e poderá ser concebido.

94 Sílvio Nogueira, vereador por Minaçu, disse que existem muitas dificuldades com
95 relação ao transporte de Minaçu a Goiânia, pois apenas a empresa Araguaína opera
96 esse trecho e que, segundo ele, a passagem é a mais cara do estado de Goiás. Por fim
97 questionou sobre a possibilidade de mais de uma empresa operar nesse trecho, para
98 que haja concorrência onde os usuários sejam beneficiados.

99 Humberto Tannús esclareceu que a concorrência no caso de uma concessão ser da na
100 própria licitação. Disse ainda que, ao contrário do que muitas pessoas pensam, a
101 concorrência entre duas ou mais empresas operando nos mesmos trechos geraria uma
102 disputa que prejudicaria ainda mais a população usuária.

103 Segundo o Vereador, Minaçu terá uma mineradora, o que aumentará a demanda.
104 Tannús então ressaltou que se a demanda não estiver sendo atendida, serão coletados
105 dados e o número de viagens poderá ser aumentado de acordo com a necessidade.

106 Milton complementou que o novo sistema é feito através de conexões e disse que no
107 sistema atual um terço das linhas estão paralisadas porque deixaram de ser
108 economicamente viáveis para os operadores. Acrescentou que no novo sistema as
109 linhas que não são rentáveis foram conectadas ao eixo para dar uma maior frequência
110 à elas, essas linhas ficam curtas, então têm economia de quilometragem para o
111 operador.

112 Outro vereador de Minaçu disse ter experiência como motorista e ressaltou que a pior
113 linha para se trabalhar é a de Minaçu/Goiânia, comenta que existe horário para a venda
114 de passagem, que é apenas das seis às sete horas da manhã, das quinze às dezesseis
115 horas, das vinte às vinte e uma horas e volta a vender às vinte e três horas. Segundo
116 ele, a fiscalização da AGR não vai até a cidade, apesar de ele mesmo ter buscado
117 soluções para este problema.

118 Alice Veloso, gerente do Jurídico da AGR, lembrou que a concepção do que existe hoje
119 é totalmente diversa do que irá acontecer na licitação do sistema de transporte. A
120 começar dos contratos, que hoje são feitos são feitos por linha. No novo sistema não se
121 fala mais em linhas, se fala em lotes. Quanto à fiscalização, Alice disse que é notório
122 que não há possibilidade de ter fiscais suficientes em todos os pontos, e que a solução
123 então é a tecnologia: todos os ônibus terão GPS, além de tecnologia embarcada
124 transmitindo imediatamente não só para a AGR mas para a própria empresa, facilitando
125 o controle da mesma com questões como horários.

126 Humberto Tannús avaliou que este é um problema sério do qual ele não tinha
127 conhecimento e propôs ao vereador de Minaçu uma reunião em agosto, para tratar da
128 regulação, juntamente com técnicos da AGR, com o vereador de Mozarlândia, que
129 apresentou o mesmo tipo de reclamação em audiência anterior a esta., notificando
130 oficialmente, assim como a empresa prestadora do serviço, que por coincidência é a
131 mesma., Lembrou ainda que será feita uma ata da reunião onde todos os presentes
132 assinam com o propósito de melhorar o serviço. Disse que antes da reunião irá
133 providenciar uma pesquisa e com dados em mãos irão encontrar a solução e mesmo
134 prestes a iniciar um novo sistema a situação não pode continuar como está.

135 Um participante que se identificou como Policial Militar lamentou o fato de haver poucos
136 representantes diante da importância do tema apresentado. Ele quis saber como será
137 feito o atendimento aos policiais por parte das empresas e da AGR. Questionou também
138 se a região metropolitana será atendida pelo transporte intermunicipal ou metropolitano,
139 ao que Tannús confirmou que será o metropolitano. Humberto Tannús concordou com
140 as colocações do vereador em relação ao pequeno número de participações da
141 comunidade. Com relação à gratuidade para policiais, Tannús disse que as empresas e
142 usuários não podem ser os únicos a pagarem por isso, já que existem outros casos
143 como o de idosos, crianças, deficientes, estudantes, e não seria justo e a solução seria
144 uma socialização em que a população do estado pague por essas pessoas que não tem
145 condições.

146 Rubens Alencar Moreira, secretário municipal de turismo na cidade de Uruaçu fez uma
147 colocação com relação à gratuidade, lembrou que as pessoas que recebem a mesma
148 passam por um cadastro sócio econômico, têm renda inferior a três salários mínimos.
149 Sugeriu então que as vagas destinadas a portadores de necessidades especiais não
150 fossem feitas pela empresa operadora, já que essas visam o lucro e não liberam a tal
151 vaga, mas que fossem controladas pela AGR, sugeriu canalizar as vagas via sistema
152 através dos escritórios da AGR presentes nos terminais rodoviários, já que para a
153 empresa é fácil negar, mas para a AGR é difícil fiscalizar se essas vagas estão sendo
154 destinadas como deveriam.

155 Humberto concordou com o secretário e disse que este é um dos maiores problemas
156 existentes no sistema atual, que a maioria das empresas não respeitam esta questão e
157 por isso todas elas têm dezenas de multa. Ele garantiu que com o novo sistema este
158 problema será sanado, pois tudo será fiscalizado através de sistemas *on line*.

159 Milton então acrescentou que um dos fatores do valor das tarifas de ônibus que causam
160 revoltas na população é a gratuidade e disse que em seu ponto de vista o modelo de
161 gratuidade no Brasil está errado, porque quem paga por isso é o usuário do ônibus.

162 Humberto Tannús lembrou que este é um problema nacional e que existe um processo
163 onde o sindicato das empresas operadoras pede ao estado o ressarcimento de 50 mil
164 reais devido à gratuidade. Em sua opinião, esse direito deve prevalecer, mas precisa
165 ficar claro de onde irá sair a verba.

166 Em seguida o professor Raimundo Nonato Barros, vereador de Minaçu, disse que
167 percebeu uma disparidade grande com relação ao valor das passagens e citou como
168 exemplo a viagem de Minaçu a Goiânia, que são 520Km custa em torno R\$ 86,00,
169 enquanto a viagem de Goiânia a Palmas, que é praticamente o dobro da distância,
170 custa em R\$90,00, ou seja, 66% de diferença por Km rodado. Então questionou se
171 existe critério para esta diferença no sistema atual.

172 Humberto respondeu dizendo que a AGR terá que enviar uma equipe a Minaçu para
173 verificar os fatos, antes de agosto, quando acontecerá a reunião inicialmente prevista. E
174 lembrou que as viagens citadas são diferentes, já que tratam-se respectivamente de
175 intermunicipal e interestadual, sendo que a última é definida pela ANTT. Disse ainda que
176 existe hoje uma tarifa que é reajustada todo ano com base no cálculo de alguns
177 insumos e que de cinco anos para cá, todos os reajustes nas tarifas do transporte
178 intermunicipal aprovados pela AGR ficaram abaixo da inflação. De acordo com Tannús,
179 existe uma tarifa igual em todo o estado, para todas as empresas, porém a maioria
180 delas ficou inadimplente com a AGR e segundo a legislação desta forma, não teriam
181 direito ao reajuste. Ele disse que a equipe que for à Minaçu deverá verificar o que as
182 empresas estão cobrando e qual o valor da tarifa para que na discussão que haverá em
183 Goiânia esta questão seja definida.

184 Luiz Macaúba, proprietário da Viação Rota, disse que há vários pontos na licitação que
185 ele não concorda e citou como exemplo a questão da vida útil dos ônibus. Segundo ele,
186 não deveria ser levado em consideração o tempo e sim a quilometragem rodada.
187 Aproveitou para posicionar-se com relação à gratuidade, propondo que seja discutida
188 uma forma em que os benefícios que existem e acabam sendo pagos pelos empresários
189 passem a ser bancados pelo governo, através de descontos em impostos.

190 Sobre a idade dos veículos, Humberto Tannús disse que não há como fazer legislação
191 para um caso específico, que segundo os estudos realizados pelo CEFTRU, a idade não
192 poderia ultrapassar sete anos e meio, mas que sabe que em alguns casos pode
193 acontecer de ônibus com mais tempo estejam em melhores condições que outro com
194 menos tempo.

195 Luiz Macaúba lembrou que a AGR deve se preocupar em fiscalizar os clandestinos, que,
196 segundo ele, muitas vezes são feitos pelas próprias prefeituras e disse que os
197 empresários já são bastante fiscalizados.

198 Humberto Tannús falou da imensa preocupação da AGR com relação ao transporte
199 clandestino e fez questão de ressaltar que várias atitudes são tomadas com relação a
200 isso. Ele lamentou ser difícil acabar com o transporte clandestino, principalmente a partir
201 do momento que este passa a ser a principal atividade econômica de uma família.

202 Macaúba então aproveitou a oportunidade para parabenizar Tannús, pois segundo ele,
203 depois que o presidente da AGR assumiu, essa questão melhorou bastante e pediu que
204 a agência continue sendo dura com as prefeituras neste sentido.

205 Humberto Tannús então disse que enviou ofícios para as 246 prefeituras, esclarecendo
206 que, em parceria com o TCM há uma normativa dizendo que nenhuma prefeitura de

207 Goiás pode contratar empresas ou veículos que não estejam devidamente cadastrados
208 e vistoriados pela AGR e isso tem sido respeitado na maioria dos casos.
209 A professora Zenaide Diniz Ferreira, vereadora de Barro Alto salientou que sua cidade
210 tem uma grande demanda de passageiros que fariam o transito de Niquelândia/Barro
211 Alto, que após a implantação da mineradora Anglo América no município o fluxo
212 aumentou bastante e a mais de dez anos existia uma linha que passava por estrada de
213 chão e até hoje é feita por uma balsa e pararam com o transporte há mais de dez anos.
214 Hoje existe uma estrada asfaltada GO-414, existe a demanda e gostaria de saber se a
215 linha está inclusa no processo licitatório e se esta linha faz parte de um lote grande, se
216 uma empresa pequena teria condição de participar da licitação, já que existe empresa
217 na própria cidade de Barro Alto.
218 Humberto Tannús orientou que empresas pequenas, médias e grandes podem participar
219 do processo licitatório e disse que sua idéia é que as empresas pequenas busquem
220 empresas parceiras para formarem um consorcio com empresas maiores e participem
221 juntos do processo licitatório daquele lote.
222 Foi verificado que a linha citada por Zenaide não consta no edital, esta então foi anotada
223 para análise.
224 Um participante que não se identificou perguntou quando será a licitação e Humberto
225 respondeu que terminadas as oito audiências públicas, o edital será reformulado na
226 medida do possível, de acordo com o que foi discutido e será então finalizado. A
227 previsão é de que em agosto o edital esteja publicado e disponível para consulta.
228 Humberto Tannús então agradeceu a presença de todos e disse que apesar de não ter
229 sido maciça, foi bastante qualificada. Falou ainda que mesmo que a audiência tenha
230 sido para discutir o novo sistema, que segundo ele, dará resposta à população, foi
231 importante também para discutir assuntos do atual sistema.
232 Milton disse para Zenaide Diniz que o novo sistema tem algumas peculiaridades que
233 são positivas no processo licitatório e uma delas é a flexibilidade, já que segundo ele, a
234 empresa que ganhar a licitação dentro de cada região pode futuramente, criar e/ou
235 extinguir, prolongar e/ou encurtar linhas, de acordo com interesses da própria empresa
236 ou necessidade da população e com a anuência da AGR.
237 O presidente da AGR agradeceu novamente a presença de todos e disse que as
238 discussões foram muito ricas e houve excelentes contribuições que irão auxiliar a
239 elaboração final do edital que será publicado futuramente. Disse ainda que a AGR está
240 a disposição para qualquer esclarecimento, através do site ou ouvidoria .
241 Ao finalizar, Humberto Tannús ressaltou que o objetivo principal é ter um transporte
242 intermunicipal de qualidade para a população, pois há mais de cinquenta anos não
243 existe uma organização neste sentido. Ainda, segundo Tannús, para os empresários
244 houve um decreto onde o vencimento seria dia treze de agosto, já para a AGR,
245 Ministério Público e Tribunal de Contas já venceu. Nada mais havendo a tratar o
246 Conselheiro Presidente da AGR agradeceu a presença de todos e encerrou a Audiência
247 Pública nº 3, que para constar foi lavrada a presente ATA, que lida e achada conforme,
248 vai devidamente assinada por mim, Gerente de Comunicação, pelo Gerente de
249 Transportes e pelo Conselheiro Presidente da AGR.

250
251 Humberto Tannús Jr.
252 Conselheiro Presidente

253
254 Dalvina Nogueira Vasconcelos
255 Gerente de Comunicação

Milton Pires Batista
Gerente de Transportes

256
257
258